

Destinação social de egressos da Educação de Jovens e Adultos/EJA no município de Campo Azul – MG, no período de 2013 a 2017

Resumo: Nesse trabalho descrevemos o surgimento da EJA, sua trajetória política, social e educacional, entendendo que a educação escolar é imprescindível para a vida do ser humano, mesmo sabendo que historicamente era privilégio apenas para a classe média e alta. Este trabalho teve como objetivo ampliar a discussão referente à importância da EJA para a promoção da igualdade social. Este estudo teve como fundamentação teórica autores como Haddad e Di Pierro (2000), Soares (1996), Paiva (1983), Freire (1989) e Mello (2015) entre outros que por meio das discussões colaboraram para a escrita deste trabalho. Caracterizou-se como uma pesquisa exploratória, sendo a mesma de cunho qualitativo, utilizando-se da análise bibliográfica e de fontes documentais e orais, na medida em que processos e documentos afins foram analisados. Evidenciou-se diante dos resultados o importante papel dos professores como mediadores no processo de aprendizagem e motivação dos alunos para a continuação dos estudos.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Alfabetização. Pedagogia.

Social destination of egresses from Youth and Adult Education / EJA in the county of Campo Azul - MG, in the period of 2013 to 2017

Abstract: In this work, we describe the emergence of EJA, its political, social and educational trajectory, understanding that school education is essential for human life, even though it was historically a privilege only for the middle and upper class. This work aimed to expand the discussion regarding the importance of EJA for the promotion of social equality. This study had as theoretical basis authors like Haddad and Di Pierro (2000), Soares (1996), Paiva (1983), Freire (1989) and Mello (2015) among others who, through discussions, collaborated to write this work. It was characterized as an exploratory research, being the same of qualitative nature, using bibliographic analysis and documentary

Rayane Medeiros de Souza

Pedagoga (Unimontes). Minas Gerais, Brasil.

 orcid.org/0000-0002-6437-4752

✉ rayanemedeiros77@gmail.com

Rita Tavares de Mello

Doutora em Educação (UFU). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Minas Gerais, Brasil.

 orcid.org/0000-0002-0404-169X

✉ ritatavares.mello@gmail.com

Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida

Doutora em Educação (UFMG). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Minas Gerais, Brasil.

 orcid.org/0000-0002-4785-7963

✉ shirley.castroalmeida@yahoo.com.br

Recebido em 29/09/2020

Aceito em 08/12/2020

Publicado em 26/02/2021

eISSN 2675-1933

 [10.37853/pqe.e202112](https://doi.org/10.37853/pqe.e202112)



and oral sources, insofar as related processes and documents were analyzed. In view of the results, the important role of teachers as mediators in the learning process and motivation of students for the continuation of studies was evidenced.

Keywords: Youth and adult education. Literacy. Pedagogy.

Destino social de egresos de Educación Juvenil y Adulto / EJA en el municipio de Campo Azul - MG, en el periodo de 2013 a 2017

Resumen: En este trabajo describimos el surgimiento de EJA, su trayectoria política, social y educativa, entendiendo que la educación escolar es fundamental para la vida humana, aunque históricamente fue un privilegio solo para la clase media y alta. Este trabajo tuvo como objetivo ampliar la discusión sobre la importancia de EJA para la promoción de la igualdad social. Este estudio tuvo como base teórica a autores como Haddad y Di Pierro (2000), Soares (1996), Paiva (1983), Freire (1989) y Mello (2015) entre otros que, a través de discusiones, colaboraron para escribir este trabajo. Se caracterizó como una investigación exploratoria, siendo la misma de carácter cualitativo, utilizando análisis bibliográfico y fuentes documentales y orales, en la medida en que se analizaron procesos y documentos relacionados. A la vista de los resultados, se evidenció el importante papel de los docentes como mediadores en el proceso de aprendizaje y la motivación de los estudiantes para la continuación de los estudios.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Literatura. Pedagogía.

1 Introdução

A educação é um dos direitos primordiais para que a pessoa alcance sua dignidade, e esse direito deve ser buscado independentemente da idade. Em razão da importância desse assunto, este trabalho teve como tema a destinação social de egresos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Campo Azul – MG, no período de 2013 a 2017. O trabalho procurou entender a questão do papel exercido pela EJA na destinação social dos seus egresos no referido município.

O objetivo geral da pesquisa foi ampliar a discussão referente à importância da EJA na promoção da igualdade social, tendo como objetivos específicos analisar a realidade de sujeitos egressos da EJA da cidade supracitada, como também conhecer conteúdos e métodos utilizados pela EJA nas experiências de egressos e educadores. Além disso, compreender o papel da EJA na destinação social dos seus egressos e identificar as principais funções da EJA e suas consequências na destinação social dos sujeitos pesquisados.

O município de Campo Azul é uma pequena cidade com menos de quatro mil habitantes, localizada no Norte de Minas Gerais. Por isso, esta pesquisa foi importante para analisar e compreender como ocorreu a destinação social dos egressos da EJA nesse município, a fim de que fosse possível identificar se esse programa educacional foi eficaz para reduzir as desigualdades sociais proporcionando uma melhoria na vida dos seus egressos.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos foi da pesquisa exploratória, de cunho descritivo e qualitativo, na qual se utilizou da análise bibliográfica e de fontes documentais e orais, na medida em que processos e documentos correlatos foram analisados, tendo a opção metodológica voltada para o dedutivo.

2 Contextualizando a Educação de Jovens e Adultos

Muito além da simples metodologia de ensino-aprendizagem, a alfabetização de jovens e adultos é um processo de transformação social. A partir das lutas dos movimentos sociais e pelos anseios da sociedade, a EJA se iniciou com a finalidade de atender a demanda da camada mais carente da sociedade que não teve acesso à educação. Esta modalidade de educação é percebida como um direito fundamental para a formação de uma sociedade crítica e independente, preparada para enfrentar as dificuldades do seu cotidiano.

Primeiramente iremos explorar os dados da literatura sobre o tema. A primeira parte será um breve histórico de como a EJA tem se comportado ao longo do tempo. A

segunda tratará sobre o processo de alfabetização da EJA. Finalmente, a terceira parte discutirá sobre a igualdade social que a EJA possibilita aos educandos.

2.1 Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Iniciando o estudo no período colonial, percebe-se que a normalidade era as escolas privilegiarem as classes médias e altas da sociedade, em que as crianças privilegiadas desfrutavam de um acompanhamento escolar integral, “deixando de lado o processo de alfabetização de jovens e adultos de classes menos favorecidas” (Oliveira, 2019, p. 15).

Ainda que os jesuítas tenham contribuído bastante com o ensino, em razão da expansão da catequização, a maior parte da população não tinha acesso à educação formal. O ensino deles visava a propagação da fé cristã e não a transmissão de conhecimentos diversos. Além disso, a educação de jovens e adultos não tinha nenhuma iniciativa estatal, e o ensino era centrado na Igreja Católica. Pode-se afirmar que, desde o período colonial, a educação no Brasil era direcionada para as crianças, apesar de que, por meio dos jesuítas, os adultos, inclusive os indígenas, foram submetidos a uma forte ação cultural e educacional (Strelhow, 2010).

A educação neste período, portanto, estava direcionada para a educação infantil, havendo poucos registros do ensinamento para adultos (Fróis, 2019).

A identidade da escolarização brasileira foi sendo marcada pela elite, onde a educação era restrita as classes mais abastadas. As aulas eram de Filosofia, Latim, Grego e Retórica, direcionadas para os filhos dos colonizadores sendo eles brancos e portugueses, o restante que eram os negros e indígenas ficavam excluídos (Fróis, 2019, p. 14).

Depois da saída dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação dos adultos ficou sob a responsabilidade do Império. A educação brasileira nesse período foi marcada pelo elitismo e se restringia às classes mais abastadas. As aulas régias eram direcionadas apenas aos filhos dos colonizadores portugueses, em sua maioria brancos e homens, excluindo-se as populações negras e indígenas. “Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes” (Strelhow, 2010, p. 51).

Essa contextualização histórica mostra como se iniciou a educação no Brasil. Deve-se destacar que na Constituição Imperial de 1824 houve a preocupação de ampliar o direito à educação primária para todos os cidadãos, apesar de que esta lei ficou só no campo das ideias e não teve nenhuma prática concreta (Strelhow, 2010).

Mesmo assim, havia um importante debate no Império sobre como inserir as camadas inferiores, que seriam os homens e mulheres pobres livres e os negros e as negras livres, no processo da educação formal. A partir do Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos.

Era esperado que a educação de jovens e adultos se ampliasse com a Proclamação da República em 1889, mas a república permaneceu para poucos. Tal como alguns direitos, a exemplo do voto, que eram restritos somente para as pessoas que, além de comprovarem renda, teriam que ser alfabetizadas. “Sendo assim, a pessoa analfabeta fica mais discriminada, sendo considerada como incapaz, dependente, instalando assim uma grande exclusão a pessoa analfabeta” (Fróis, 2019, p. 15).

No início da década de 1890, o índice de analfabetismo no Brasil era alto e, acrescentado o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) com a onda de industrialização vivida no país, a burguesia da época monopolizou para si a educação e seu acesso. “A oferta de educação escolar era voltada à elite social, e o restante da população, a camada economicamente desfavorecida, mantinha-se analfabeta e inferiorizada” (Vieira, 2016, p. 17).

Somente em 1915 surgiu uma das primeiras medidas a favor da alfabetização: a Liga Brasileira contra o Analfabetismo. O propósito dessa liga era a atuação conjunta dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, a fim de livrar o país do analfabetismo. “Qualquer pessoa, sem distinção de raça, idade, classe social, partido político, religião, sexo ou nacionalidade poderia pertencer à associação, desde que se comprometesse a atuar em prol de seus objetivos, pelo pensamento, pela palavra e pelo ato” (Nofuentes, 2008, p. 11-12).

Uma das principais bandeiras a serem erguidas pela Liga Brasileira contra o analfabetismo era a de luta pela decretação da obrigatoriedade do ensino primário. A campanha empreendida pelas Ligas Contra o Analfabetismo seria caracterizada por um duplo movimento: uma efetiva

mobilização nacional no combate ao analfabetismo – com criação de escolas, obtenção de apoios das instituições religiosas, da imprensa e da população em geral – e a busca por ações por parte do Estado – via poder executivo e legislativo nos diversos níveis: nacional, estadual e municipal, chamando-o à responsabilidade pela educação nacional (Nofuentes, 2008, p. 19).

Concomitantemente ao desenvolvimento da educação nacional, a situação econômica do país estava vivendo uma característica peculiar. Herdada do período imperial, a economia brasileira era baseada no agrário-exportador. Portanto, graças à crise cafeeira de 1929, houve uma alteração nos quadros de investimento do capital, passando a não só englobar o setor agrário, como também estimular o setor industrial. Nessa época, compreendido entre a Proclamação da República e o nascer da década de 1920, a democracia do Brasil se desenvolveu segundo os propósitos dos setores dominados pela burguesia agrário-industrial, especialmente na região centro-sul (Strelhow, 2010).

A década de 1930 foi marcada pelo aumento das fábricas e da produção que, especialmente para as elites rurais, configurou-se como uma forma de acumulação de capital no país. Nesse período, o governo de Getúlio Vargas priorizou o ensino técnico, a fim de atender as exigências dos capitalistas e das indústrias de obra qualificada e barata. Na “Revolução de 1930, a partir de mudanças políticas e econômicas, foi possível o início da solidificação de um sistema público de educação elementar no País: a consolidação da Educação de Jovens e Adultos” (Oliveira, 2019, p. 15).

Em 1934, foi desenvolvido o Plano Nacional de Educação por meio do qual se buscava o ensino primário integral para os adultos, obrigatório e gratuito. “Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos”. Dessa forma, entre as décadas de 1940 e 1950, a EJA voltou a ser prioridade do país. Alguns anos antes, em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP foi fundado; e, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, cujo objetivo era realizar programas que aumentasse a abrangência do Ensino Supletivo para adolescentes e adultos (Strelhow, 2010, p. 52).

Em 1947, surgiu a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA sendo considerado como o primeiro projeto de alfabetização cujo público alvo era a população com mais de quinze anos. “O objetivo era alfabetizar a metade da população,

porém o projeto também se encarregava de desenvolvimento das camadas populares, a fim de integrá-los no projeto nacional” (Souza & Daniel, 2017, p. 573).

Mesmo assim, uma das razões para a criação da campanha foi a pressão internacional em combate ao analfabetismo nas ditas “nações atrasadas”. Esse movimento foi encabeçado, especialmente, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A orientação desses órgãos era que, por meio da educação, as nações atrasadas poderiam se desenvolver. “Além dessas recomendações, era plausível ao momento histórico interno brasileiro o aumento de pessoas que, diante da lei, pudessem exercer o direito do voto no caminho da democratização” (Strelhow, 2010, p. 53).

Outra campanha importante foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, que se tornou a primeira ação política voltada para o campo e a primeira com práticas direcionadas ao desenvolvimento das comunidades rurais. A campanha objetivou integrar o homem do campo no desenvolvimento econômico do país por meio da educação de base (Barreiro, 2010).

Apesar dessas iniciativas, no final da década de 1950, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi duramente criticada pelos participantes do programa. Eles alegavam que “os materiais didáticos e a organização dos cursos deveriam partir da realidade do aluno, considerando o adulto analfabeto um gerador de cultura e de saberes” (Oliveira, 2019, p. 18).

Perante a queda das campanhas, as ideias de Paulo Freire, um dos maiores educadores do país, emergiram. Freire organizou e desenvolveu o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNA), “renegando a concepção de que pessoas analfabetas deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes” (Oliveira, 2019, p. 18). Em 1958, quando realizou-se o II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, via-se a necessidade de uma nova abordagem e uma nova metodologia pedagógica na educação de adultos. Inicia-se a moldagem da pedagogia freiriana, já em Recife, com o Seminário Regional, um preparatório para o congresso (Strelhow, 2010).

Portanto, eis que surge uma nova ideia apresentada pela pedagogia do educador Paulo Freire, com o objetivo de erradicar o analfabetismo. Freire dedicou sua vida a defender o fim da educação destinada apenas à elite e a destinação da educação para todos. A pedagogia de Freire baseava-se num viés libertador, e na vivência dos educandos, em outras palavras, “do conhecimento que o sujeito já possui devido às relações em que ele convive em seu meio” (Fróis, 2019, p. 17).

Assim, em 1948, foi criada a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), cuja proposta era criar polos em cada município com atividades que condiziam com a realidade de cada região. Contudo, como de praxe, pouco se fez na campanha, tal como as anteriores. Entre as décadas de 1950 e 1960, houve mobilizações sociais pela educação de adultos, como o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular do Recife e os Centros Populares de Cultura. Esses programas, influenciados pela pedagogia de Paulo Freire, analisaram o analfabetismo como consequência de uma sociedade injusta e opressora.

Todas essas mobilizações sociais objetivavam o reconhecimento e a valorização do saber e da cultura popular, em que a pessoa analfabeta era a detentora desse conhecimento. “Com a grande repercussão desses movimentos de alfabetização popular, foi encerrada a CNEA e no mesmo ano Paulo Freire foi indicado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação” (Strelhow, 2010, p. 54).

Infelizmente, o golpe militar (1964 – 1985), que assombrou o país em 31 de março de 1964, considerou as propostas de Paulo Freire como ameaças, “pois os sujeitos alfabetizados e politizados substituiriam a organização tradicional, passando a ser reconhecidos como portadores e produtores de sua própria cultura, possibilitando sua consciência crítica”. Assim, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos foi interrompido. A junção das ideias do Paulo Freire com o caráter crítico das pessoas era um obstáculo para esse regime autoritário que culminou na prisão e no exílio do educador. O governo, voltando a controlar a EJA, retornou seu caráter puramente funcional (Oliveira, 2019, p. 19).

Apesar desse triste incidente, os militares, por meio da lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Esse

movimento, que atingia quase a totalidade dos municípios brasileiros, foi o maior esforço voltado para a educação de jovens e adultos realizados até então no Brasil. Na concepção de educação dos militares, o Mobral tinha os seus objetivos voltados para o fim do analfabetismo e a conseqüente reintegração do cidadão na sociedade, trazendo oportunidades por meio da educação. Buscavam-se, assim, “benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos” (Vieira, 2016, p. 18).

Poucos anos depois, em 1974, o então Ministério da Educação e Cultura – MEC implantou os Centros de Estudos Supletivos (CES), que se fundamentavam em três pilares: tempo, custo e efetividade. “Estes cursos oferecidos foram fortemente influenciados pelo tecnicismo, adotando-se os módulos instrucionais, o atendimento individualizado, a autoinstrução e a arguição em duas etapas – modular e semestral” (Oliveira, 2019, p. 21).

A metodologia do MOBREAL era similar aos métodos adotados por Paulo Freire, mas era aplicada de maneira diferente, uma vez que o Governo Militar, apesar de utilizar as fichas de leitura, ignorava o conhecimento prévio do aluno como também o processo de conscientização que tanto pregava Paulo Freire (Vieira, 2016).

Com o processo de redemocratização do Brasil e a criação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a educação teve mudanças significativas. A conhecida Constituição Cidadã defendia “que o direito à educação básica é estendido aos jovens e adultos dando a eles a gratuidade do ensino e ao estado à obrigatoriedade de oferecer educação básica aos que procuram” (Vieira, 2016, p. 20).

Na escrita da Constituição da República, em seu artigo 205, previu-se que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O processo de redemocratização do país também trouxe de volta o educador Paulo Freire após 16 anos de exílio. Durante esse período, ele semeou suas ideias por vários países do Terceiro Mundo, lecionou na Universidade de Harvard como professor,

e foi consultor do Departamento de Educação do Conselho Municipal das Igrejas, em Genebra, na Suíça. Em 1980, “Freire retornou ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, e começou a lecionar na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade de São Paulo (USP), onde recebeu diversos prêmios, homenagens e reconhecimento pela sua prática educativa” (Oliveira, 2019, p. 22).

No ano seguinte, o novo presidente, Fernando Collor de Melo, extinguiu a Fundação Educar e criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), cujo objetivo era a alfabetização de crianças, jovens e adultos. “Ainda na década de 90, criou-se uma mobilização a nível nacional, os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos/EJA, que articulavam as políticas nacionais do Ensino EJA para jovens e adultos” (Fróis, 2019, p. 18).

Vale ressaltar que, neste período de 1995 a 2002, o país vivia “uma intensa crise econômica, reformas na política, privatização de alguns bens públicos e o sucateamento na educação de jovens e adultos, pois não houve muitos investimentos” (Oliveira, 2019, p. 23).

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), e a EJA teve seu direito realmente assegurado. Para começar, a lei conceitua a EJA como uma educação “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamentais e médios na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996).

Em 1998, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que procurava atender às pessoas que viviam em assentamentos. Já durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, a EJA teve um destaque no cenário educacional do Brasil.

O governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, cujo público-alvo se destina a jovens, adultos e idosos. O programa objetivou elevar a dignidade e a cidadania das pessoas por meio da escolaridade. O referido programa “permanece até os dias atuais e, segundo o MEC, prioriza o atendimento a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo” (Vieira, 2016, p. 22).

A EJA é uma conquista da sociedade adquirida com muita luta e perseverança deste o início do Brasil. Foram várias as lutas dos movimentos sociais em prol da dignidade e do direito daqueles que não conseguiram se alfabetizar na idade certa. “Nesse sentido, a modalidade de ensino EJA deve criar possibilidades de o educando ser crítico, utilizando seus conhecimentos como ferramenta social, possibilitando-o transformar a si e ao meio de forma construtiva” (Oliveira, 2019, p. 26).

Pela negação da qualidade na educação é que surge a iniciativa de atender aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de alcançar a real educação, porém, por ser necessária, a história da EJA é permeada por projetos e programas que não tiveram um significado quantitativamente relevante.

Nesse sentido, entendemos que será sempre bem-vinda qualquer iniciativa que atenda ao público da EJA, pois possibilitará novos olhares para essa parcela da população deixada em segundo plano pelos gestores das políticas públicas, mas que sobrevive sedenta por novas oportunidades.

2. 2 O processo de alfabetização na EJA

A designação da nomenclatura Educação de Jovens e Adultos/EJA é relativamente recente, utilizada em meados dos anos de 1980, no momento em que as Ciências Sociais “redescobriram” a categoria da juventude e passaram a estudar os problemas relativos aos jovens (Mello, 2015). A EJA é uma modalidade de ensino para quem não conseguiu ter a oportunidade de estudar na idade certa, independente do motivo. É um programa que visa recuperar o tempo perdido e transpor o preconceito que estas pessoas sofrem (Dias, 2014).

Essa modalidade de educação contempla indivíduos cuja história de vida é marcada por lutas e desafios, e o trabalho para eles tem um papel fundamental, pois é por meio dele que se tem a única oportunidade para melhoria de vida. Portanto, a motivação destes indivíduos comumente se dá pela busca de novas oportunidades de trabalho (Gomes, 2015).

Em razão desse contexto, no qual as condições sociais são adversas e inadequadas ao desenvolvimento social e educativo, é que muitos alunos são

prejudicados. Para melhor compreender a situação, em média no Brasil, alunos que, na idade certa, deveriam permanecer na escola no tempo obrigatório, isto é, oito anos, ficam somente de quatro a seis anos na sala de aula. Por isso, quando eles querem voltar a estudar, o tempo que deveria ser de oito anos para completar a educação básica se transforma em onze, estendendo muito a duração do ensino fundamental, quando eles já deveriam estar no ensino médio (Conselho Nacional De Educação, 2000).

Em 1996, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontou a realidade de mais de 15 milhões de jovens de 15 anos de idade ou mais sendo analfabetos, perfazendo mais de 14% do universo de pesquisa. Mesmo com o declínio do índice de analfabetismo, ainda são “marcantes as diferenças regionais e setoriais”, e “a existência de pessoas que não sabem ler ou escrever por falta de condições de acesso ao processo de escolarização deve ser motivo de autocrítica constante e severa” (Conselho Nacional De Educação, 2000, p. 5).

O tema do analfabetismo da população brasileira é similar a uma doença crônica, na qual tanto o sintoma quanto a própria doença são uma vergonha para a maioria dos brasileiros. “Mas de uma forma bem dolorosa a nós professores que nos acostumamos a subsidiar nossa prática na esperança da superação de tal problemática”(Rogowski & Jost, 2011, p. 135).

A EJA cria a oportunidade para que essas pessoas desafortunadas acessem a escola e se profissionalizem e melhorarem suas vidas. Contudo, os professores que atuam na EJA têm um papel ímpar para a real transformação dos alunos. Eles devem estar qualificados para atender às necessidades dos alunos, uma vez que estes “vêm de uma realidade social marcada por preconceitos que acarreta ao aluno um bloqueio que dificulta o seu desempenho” (Dias, 2014, p. 24).

É essencial que o educador que atua na EJA seja um profissional maleável, ou seja, que possua tanto o conhecimento necessário para ministrar as aulas quanto conheça a realidade dos seus alunos, a fim de proporcionar uma metodologia de ensino que respeite as especificidades de cada um. Afinal, cada aluno é detentor de um conhecimento único e possui grande potencial de aprendizagem que deve ser estimulado (Gomes, 2015).

O professor dessa modalidade de ensino precisa se atualizar constantemente para que consiga criar um ambiente motivacional para os alunos desejarem adquirir novos conhecimentos. “Os discentes que frequentam a EJA costumam ser indivíduos que fazem parte da camada social de baixa renda, que sobrevivem com o básico e obtêm informações através da televisão que também é sua principal fonte de lazer” (Gomes, 2015, p. 10-11).

Cada aluno tem seu ritmo próprio para aprender, e, como muitos também trabalham, possuem uma carga de experiências que, “para alfabetizá-los, o professor tem um papel importante, sendo preciso adotar métodos apropriados para atender as necessidades que são exigidas na alfabetização de adultos” (Dias, 2014, p. 24).

Portanto, é fundamental, para jovens e adultos, uma metodologia de ensino diferente daquela aplicada para crianças, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, uma vez que já possuem vasta experiência de vida, o que as crianças não tem. Por já possuírem certo conhecimento, a alfabetização de jovens e adultos precisa ser explorada de forma contextualizada, ou seja, partindo de situações reais e normais do cotidiano deles a fim de apresentar as matérias estudadas nos cursos. Com uma metodologia apropriada, é viável alfabetizá-los com respeito, além de valorizar as experiências de cada um (Marques & Rubio, 2012, p. 17).

Dilatar esses horizontes deve ser um dos objetivos dos professores da EJA. Uma forma de alcançar este resultado é criar, em sala de aula, um espaço destinado para a discussão e o comentário dos assuntos que são de interesse dos alunos. “Para isso é preciso trazer notícias, discussões, comentários e informações para a sala de aula, mas tudo com a participação dos alunos para criar um ambiente de geração de conhecimento” (Brasil, 2006, p. 48).

Portanto, é indispensável reconhecer que os alunos da EJA são pessoas possuidoras de uma linguagem própria, desenvolvida pelas experiências adquiridas, pela vivência no mundo do trabalho e pelas responsabilidades com a família.

2. 3 A EJA e a igualdade social

A história da educação no Brasil remete à criação da escola pública como um espaço que visa atender às necessidades das classes populares. Todavia, esta história tem revelado, em vez da criação de oportunidades educacionais, a negação do acesso ao conhecimento para um número significativo de cidadãos, causada pela diminuição da oferta, da evasão escolar e da repetência. “Sendo assim, as políticas educacionais têm organizado diversas formas de atendimento, para tentar diminuir essa problemática expressada no analfabetismo e exclusão escolar” (Rogowski & Jost, 2011, p. 13348).

É notório que há uma dívida social não reparada para com aqueles que não tiveram meios de acesso à educação e nem tiveram a oportunidade de cominar a escrita e a leitura. Uma vez que a perda dessas habilidades “é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea” (Conselho Nacional De Educação, 2000, p. 5).

Contudo, a realidade se mostra mais fria. A cada dia há menos oferta da educação para jovens e adultos do que a demanda consegue suportar. Assim sendo, torna-se fundamental a cobrança constante dos órgãos públicos para que seja garantido a eles esse direito (Rodrigues, Farias & Jesus, 2017).

Portanto, a EJA possui esse poder de transformar por possuir, como sua intenção primordial, a capacidade de reparar essa dívida da sociedade. Essa modalidade de educação se torna um novo significado para os indivíduos que, agora detentores de novos conhecimentos, irão ampliá-los a fim de atender as suas necessidades pessoais. Dessa forma, vale destacar que se pode atribuir à EJA três funções mais específicas: “a reparadora quando é oferecida uma escola de qualidade; função equalizadora quando permite ao indivíduo sua entrada no sistema educacional e função qualificadora quando propicia novos conhecimentos” (Gomes, 2015, p. 07-08).

A função reparadora da EJA se transforma na gênese de um movimento de igualdade. Dessa forma, a função equalizadora da EJA trará oportunidade para vários segmentos sociais, como os trabalhadores da zona rural, donas de casa e aposentados, a reentrarem no sistema educacional, o mesmo sistema do qual foram forçados a sair, seja em razão das oportunidades desiguais, seja por outra condição adversa (Conselho Nacional de Educação, 2000).

A EJA deve, assim, ser considerada na sua função reparadora e corretiva, mesmo que tardia, na transformação das estruturas arcaicas da sociedade, possibilitando às pessoas carentes de oportunidade uma nova inclusão ao mundo do trabalho, à vida social e à verdadeira participação na comunidade. “Para tanto, são necessárias mais vagas para estes “novos alunos” e “novas alunas”, demandantes de uma nova oportunidade de equalização” (Conselho Nacional de Educação, 2000, p. 7).

A próxima função da EJA, a função equalizadora, dará cobertura tanto para os trabalhadores quanto para outros indivíduos, como aposentados e encarcerados. A volta aos estudos daqueles que tiveram que interrompê-la, seja pela repetência ou pela evasão, ou pelas oportunidades desiguais de permanência, “deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação”. Contudo, faz-se necessário a criação de novas vagas para suprir a demanda por uma oportunidade mais equivalente (Conselho Nacional de Educação, 2000, p. 09).

Consequentemente, a função qualificadora da EJA é o caminho para essas descobertas. Essa função pode ser conceituada como “uma promessa a ser realizada na conquista de conhecimentos até então obstaculizados por uma sociedade onde o imperativo do sobreviver comprime os espaços da estética, da igualdade e da liberdade” (Conselho Nacional de Educação, 2000, p. 11).

Com relação à reparação da dívida social, a função qualificadora coroa a razão da existência da EJA. Seguindo o trajeto de reparar a dívida, equalizar as desigualdades, o próximo objetivo não pode ser outro a não ser o caminho da qualidade. Há educadores que têm uma visão de inferioridade da Eja, em relação ao ensino regular, não se preocupando com uma metodologia apropriada para o trabalho pedagógico nessa modalidade. Contudo, esse paradigma deve ser desconstruído, já que fortifica o preconceito.

Partindo dessas funções da EJA, cujas ideias são ampliadas por Paulo Freire, o pedagogo vislumbra que, “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele

dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a” (Freire, 1967, p. 43).

O educador compreende a função transformadora que a educação tem na vida desses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de uma educação plena; pois, sem a educação, o homem fica “esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente e, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham” (Freire, 1967, p. 44).

Depois dessa análise conceitual, infere-se que o poder transformador que a educação tem nas vidas daqueles que não tiveram a oportunidade de usufruírem deste direito é grande e relevante. A educação, voltada para os jovens e adultos, é a chave para a transformação de uma sociedade injusta e desigual para uma que seja mais justa e igualitária.

3 A Educação de Jovens e Adultos no município de Campo Azul – MG

A formação administrativa da cidade de Campo Azul se deu pela Lei Estadual nº 2764, de 30/12/1962, subordinado ao município de Brasília de Minas. Elevado à categoria de município com a denominação de Campo Azul pela Lei Estadual nº 12030, de 21/12/1995, desmembrado de Brasília de Minas. Segundo dados do IBGE, em 2010, o Município de Campo Azul possuía uma população de quase quatro mil pessoas, estimada em 3.817 para o ano de 2019.

Esse estudo foi construído com base em uma pesquisa bibliográfica que, segundo Vergara (2005, p. 48), “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

A coleta de dados se concretizou por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada. Todas as pessoas que aceitaram participar da pesquisa tiveram seus nomes codificados, visando preservar suas identidades. No caso dos professores, os nomes foram codificados com letras: A1 e A2. No caso dos ex-alunos foram adotados os códigos B1, B2, B3 até B10.

4 O trabalho na EJA: perspectivas docentes

Para a realização de nossa pesquisa, houve a participação de dois profissionais que trabalharam diretamente com a EJA, sendo denominados A1 e A2. Os resultados apontam que 100% pertencem ao sexo masculino, sendo que A1 é formado em Filosofia, no ano de 2012, com especialização em História da Filosofia, Educação de Jovens e Adultos e Ensino de Sociologia. O professor A2 é graduado em Matemática com especialização em Matemática Comercial e Financeira.

Na primeira pergunta solicitou-se aos sujeitos que descrevessem “a imagem que você tem de si mesmo nos diferentes momentos de sua carreira como professor (a)”. Observaram-se respostas distintas. O professor A1 considerou a alta expectativa e a importância da experiência na docência; enquanto A2 protagonizou o aluno como elemento principal para a educação.

Nas minhas primeiras experiências era cheio de expectativas e baseava minhas aulas nas experiências que tive quando estudava. Com o tempo percebi a necessidade de adaptar aos novos tempos e com isso criar novas formas de ensinar. Sou feliz em minha profissão, mesmo sabendo dos desafios que estão por vir¹(A1).

“O que te levou a escolher a profissão de professor (a)” foi a segunda questão respondida pelos docentes. A1 destacou a disponibilidade dos cursos na região: “*A maioria dos cursos disponíveis são de habilitação em licenciatura*”. Destacou também *a facilidade de conseguir emprego na área de educação e, finalmente, a influência de outros parentes que já atuam na área de educação*. Já A2 mencionou que foi motivado por querer demonstrar outras formas de ensinar a matemática.

No que tange à terceira questão, “O que significou ser alfabetizador (a) de adultos”, salientam-se as palavras ditas pelos professores como, prazer, satisfação e gratidão, mostrando que a educação se apresenta como um elemento motivacional na vida das pessoas.

Destaca-se a importância da profissão de professor na vida das pessoas, sendo que o docente que atua na EJA possui um papel essencial de transformação dos alunos.

¹ Optamos por destacar em itálico as falas dos professores entrevistados.

Portanto, ressalta-se a seriedade de docentes bem qualificados para atender às necessidades dos alunos (DIAS, 2014). Ou seja, o professor além de compensar a escolaridade perdida necessita ir além, garantindo a permanência do aluno e a continuidade nos estudos.

O início do trabalho com a EJA (quarta questão) foi relatado por A1 como uma oportunidade: *O estado abriu uma vaga de contrato para professor em uma escola de Montes Claros. Eram nove turmas, todas de jovens e adultos. Não tive dificuldade, pois já trabalhava com pessoas dessa idade em atividades de Igreja.* Enquanto A2 responde: *ensinando para os alunos atividades, conceitos e práticas ligados a sua vida no seu cotidiano.* O tempo de atuação na EJA (quinta questão) do professor A1 são três anos e do professor A2 já são seis anos nessa atividade.

Diante da sexta pergunta, “Qual a sua opinião sobre a Educação de Jovens e Adultos-EJA”, observou-se que a EJA pode ser vista como uma grande oportunidade para mudança de vida:

A educação de Jovens e Adultos é uma oportunidade na vida das pessoas que por diversas situações não conseguiram concluir seus estudos em tempo regular. É uma segunda chance de a pessoa fazer seus estudos e assim poder melhorar seu estilo de vida (A1).

A sétima pergunta, “Você enfrentou dificuldades no início do trabalho com a Educação de Jovens e Adultos/ EJA?”, foi respondida da seguinte forma: o professor A2 mencionou que não houve dificuldades, mas o professor A1 discorreu as dificuldades que encontrou no início da EJA *de certa maneira sim; pois queria tratar os alunos da EJA como alunos do curso regular. Cobrava deles atividades e trabalhos que não acompanhavam o contexto da realidade deles. Recebi muitas críticas por isso, com o tempo fui me adaptando ao estilo de trabalhar com Jovens e Adultos (A1).*

Os dois docentes afirmaram que a experiência influenciou a docência na EJA, ao serem indagados com a oitava questão: “Sua experiência ou in experiência afetou de algum modo o exercício da docência nessa modalidade? Comente” As respostas foram as seguintes:

A experiência que tive na EJA facilitou muito minha maneira de ver as realidades escolares. Auxiliou meu estilo de planejar aulas. Pude também perceber que a realidade do aluno deve ser levada em conta quando repassamos o conhecimento a eles (A1).

Minha experiência com a turma da EJA. Como os alunos são adultos querem aprender e aproveitam o seu tempo. Com isso vi que se os demais alunos se dedicassem como dos alunos da EJA a qualidade do ensino aprendizagem seria melhor (A2).

Observa-se que a experiência aumentou as opções dos professores na forma de ensinar os alunos levando em conta sua realidade e dedicação. Freire (1967) corrobora com a ideia da experiência na educação de jovens e adultos, favorecendo a ampliação e visão de mundo por meio do diálogo.

Ao perguntarmos: “Recebeu alguma capacitação ou instrução para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos/EJA? Se sim: Qual? Quem ministrou? Se não: Sentiu falta de alguma capacitação/instrução para lecionar na Educação de Jovens e Adultos/EJA?”. O professor A1 respondeu que não houve capacitação e que ele próprio procurou se especializar sozinho nessa modalidade; enquanto o professor A2 mencionou que não houve dificuldade.

Depois de minha primeira experiência na EJA, fiz uma pós-graduação por conta própria. Nela aprendi muitas coisas. Em alguns momentos pude perceber que o professor deveria passar por uma formação antes de trabalhar com esse tipo de público (A1).

Ferreira (2008) confirma a necessidade de cursos e especializações para a formação continuada na Educação de Adultos e Jovens, pois haverá possibilidades de trocas de experiências entre docentes e educandos enriquecendo a prática educacional para que seja mais eficiente diante da diversidade cultural dos alunos.

Diante da quantidade de alunos nas salas de aula (décima questão), o professor A1 mencionou que no início os alunos chegavam a 20 ou até mesmo 25 em cada sala. Entretanto, no final do semestre restavam apenas seis alunos. O professor A2 quantificou em 25 alunos. Diante das informações de A1, percebeu-se que os alunos deixam o projeto no decorrer do curso.

A décima primeira questão: “Qual era a condição social deles? (Procurar especificar bem, como sexo, idade, condição social, quantos empregados ou não)”.

A realidade social dentro da EJA é diversificada, existem bastante alunos em idade avançada, mais também existem alunos com cerca de 18, 19 anos. As pessoas de mais idade são mais comprometidas e frequentes. A maioria trabalha durante o dia e muitos chegam cansados em sala de aula. Já peguei aluno dormindo durante minhas explicações. Houve também pessoas que me falavam que estavam na escola por que na casa deles não ter janta. Já tive alunos bem dedicados no sentido de querer continuar uma faculdade. Já acompanhei também muitos alunos drogados e alguns deles até já tentaram me vender entorpecentes (A1).

Sua maioria era da Zona rural – lavradores, 70% alunos do sexo feminino, 30% masculino, as faixas etárias era de 18 a 60 anos e sua maioria eram lavradores e donas de casa, domésticas (A2).

Reafirmando essa realidade, Ferreira (2008) argumenta que os alunos que retomam aos estudos pela modalidade EJA são pessoas de classe trabalhadora e, geralmente, com família, que visam melhorar a vida econômica por meio de uma nova oportunidade de emprego ou, até mesmo, pela permanência em um trabalho.

No que tange aos recursos e/ou materiais utilizados na EJA (décima segunda questão), os entrevistados discorreram sobre os materiais necessários como quadro, giz e, além disso, uso de retroprojektor e/ou jogos. *A maior parte de minhas aulas é baseada em quadro e giz. Algumas vezes utilizo vídeos e materiais didáticos. Mais já tive reclamação de alunos que não gostam de aulas com recursos. Segundo eles a aula só tem valor se escrever no caderno (A1). Material xerografado, material ludo-pedagógico, livro didático, retroprojektor e jogos (A2).*

Nas respostas dos docentes sobre “O que você achava desses recursos? Eram suficientes, faltava algo?” (Décima terceira questão), A1 relata que possuía recursos, mas não os utilizava em razão das reclamações dos alunos. O professor A2 disse ter poucos recursos à disposição, quando necessitava utilizar: *a escola possui muitos recursos que podem ser usados, mais utilizo muito pouco até mesmo porque os alunos preferem*

assim (A1). Não eram suficientes, claro, mas ajudava muito. Eles tinham muita dificuldade motora, de interpretação e raciocínio lógico (A2).

Diante da décima quarta questão, “O material didático utilizado era condizente com a necessidade do seu aluno. Por quê?”, o professor A1 assegurou que sim, pois *as turmas que trabalhei, os alunos diziam que gostavam de escrever*. O professor A2 afirmou que *sim, porque trabalhava a matemática e materiais do cotidiano de cada aluno*.

“Como era a relação entre professor e aluno?” (Décima quinta questão). Verificou-se que existia uma relação agradável entre educadores e educandos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas. *Todas as turmas de EJA em que trabalhei, considero que foi muito agradável. Os alunos já fizeram festa pra mim, já ganhei muitos presentes. Muito companheirismo e participação nas aulas e até mesmo fora da escola (A1). Tínhamos uma relação muito boa, o que levam os mesmos a não desistirem apesar das dificuldades (A2).*

Essa relação é mencionada por Freire (1967), que destaca o companheirismo entre educandos e educador, uma vez que o educador deve dar importância ao conhecimento de mundo que os alunos trazem consigo para a sala de aula, aplicando os conceitos com a realidade dos estudantes.

A décima quarta questão indagou sobre a transformação que o estudo pode fazer na vida das pessoas: “Você acha que uma pessoa que estudou tem mais chances no mercado de trabalho”? Observou-se que o estudo pode abrir oportunidades, mas é um elemento que necessita de dedicação e esforço, um conjunto para atingir os objetivos. *Acredito que sim, eu mesmo sou exemplo disso, se hoje tenho um trabalho foi justamente por ter estudado. O estudo não é tudo na vida de uma pessoa, mais é um grande facilitador de oportunidades que a gente pode encontra pela frente (A1). As chances de uma pessoa ter sucesso no mercado de trabalho depende muito do esforço, estudo e dedicação não importando se é ensino regular ou projeto (A2).*

Concluiu-se que a educação transforma as pessoas, como afirmado pelos professores diante da décima sétima questão: “Você considera que a educação transforma as pessoas, melhorando sua qualidade de vida?”. *A educação desenvolve em*

todos nós uma nova maneira de ver e pensar o mundo. É através da educação que passamos a interpretar melhor o nosso contexto e assim criamos um mundo melhor (A1). A Educação é a base de toda formação pessoal, social, profissional de uma pessoa (A2).

Exemplos práticos foram relatados pelos professores na décima oitava questão: “Você conhece a história de algum aluno (a) que tenha mudado sua vida econômica e social após ter estudado na Educação de Jovens e Adultos/EJA. Relate.” *Conheço sim, eu tive uma aluna que não tinha nem o que comer dentro de casa. Ela concluiu o ensino médio através da EJA. Com o histórico adquirido fez uma faculdade de Pedagogia e hoje é funcionária concursada em uma escola pública (A1). Tenho alunas que fizeram a EJA, continuaram seus estudos fizeram Pedagogia e outras passaram em concurso, tomaram posse e estão trabalhando (A2).*

Diante da décima nona questão, “Conte-nos alguns fatos/acontecimentos que te marcaram durante esse período na sala de aula com alunos, direção, comunidade, etc.”, observou-se que as pessoas conseguiram: *Durante esse tempo que trabalho como professor foram várias as realidades vividas. Uma que me chamou muito a atenção foi de uma aluna que trabalhava na roça durante o dia e a tardinha saía de sua casa a pé para estudar a noite na escola. Ela sempre contava sua história de vida sofrida e dizia com muito entusiasmo que quando terminasse essa etapa iria continuar fazendo curso na faculdade. Na minha primeira experiência na EJA tive um aluno que vendia drogas na escola. Ele constantemente me ameaçava, mais fazia as atividades propostas. Hoje depois de algum tempo passado andando pelos corredores de uma faculdade encontrei esse mesmo aluno fazendo curso de enfermagem; me senti realizado (A1).*

Lembro-me que em 2015 os alunos da EJA fizeram um projeto de diversidade e inclusão onde apresentaram trabalhos folclóricos e mostra de profissões. Uma equipe coordenada pelo professor de Química, Geografia e Matemática fizeram uma oficina onde, os alunos fizeram sabão em barras na Escola. Faziam o sabão na maior alegria (A2).

Por fim, observa-se que os alunos jovens e adultos, pela sua experiência de vida, são receptivos às situações de aprendizagem, manifestando encantamento com os procedimentos realizados em sala de aula, os quais proporcionam o aprendizado. Com

isso, mais uma vez, ressaltamos que o professor deve considerar essa manifestação positiva e interessada desses sujeitos e que a mesma precisa ser cultivada e valorizada, no intuito de aproximá-los da Educação Formal e atribuir-lhes a merecida e sonhada certificação.

5 A experiência na Educação de Jovens e Adultos: perspectivas discentes

Para a realização da pesquisa foram convidados dez discentes que já fizeram parte da EJA no município de Campo Azul – MG, sendo codificados como B1, B2, B3, e B10. Analisando o perfil dos alunos, verificou-se que 90% são do sexo feminino e 10% do sexo masculino. A maioria são casados (60%); 20% são solteiros e os divorciados e viúvos correspondem a 10% dos analisados dentro de cada categoria. Esses sujeitos têm, em média, três filhos e a faixa etária com maior percentual (90%) é acima de 36 anos, sendo que 10% estão entre 30 e 35 anos. Acerca da escolaridade dos alunos, 90% eram do 1º ao 3º ano do ensino médio e 10% pertenciam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II. A renda salarial é menor que R\$ 998,00 em 60% e 40% possui renda entre R\$ 998,00 a 1.996,00. O fato de os estudantes serem mais velhos, casados e com renda mensal inferior pode ser a justificativa para que retomassem os estudos, buscando melhorar suas vidas.

Em relação à primeira questão, “Você participa de algum programa de ajuda de renda do governo”, obteve-se o seguinte resultado: 80% afirmaram que são beneficiados pelo programa Bolsa Família, que as auxilia em situação de pobreza, 20% não participam de programas governamentais. Percebemos que os alunos necessitam de auxílio do governo, o que reafirma a baixa renda assinada anteriormente (menor que R\$ 998,00). Nota-se que os incluídos no programa Bolsa Família, na maioria, pertencem ao sexo feminino com filhos, sendo elas as principais responsáveis e/ou contribuinte com a renda familiar e educação dos filhos.

No que tange ao motivo que afastou o aluno da escola (segunda questão), observou-se que 50% marcaram a opção “outros” e discorreram os motivos, apontando o difícil acesso, a gravidez na adolescência ou doenças. Ajudar nas tarefas domésticas (20%) e necessidade de trabalhar fora (20%) foram motivos para o afastamento dos estudos. Por fim, 10% mencionaram que não gostavam de estudar. Observa-se que

alguns desses motivos estão relacionados com a situação financeira das famílias, uma vez que as crianças e adolescentes muitas vezes precisavam ajudar os pais para complementar a renda dentro de casa.

Segundo o MEC (2006), o trabalho é uma atividade interligada à evasão escolar no ensino regular. Ou seja: sair da escola para gerar renda e, conseqüentemente, aumentar o orçamento da família.

Em relação à vida profissional (terceira questão), 90% estão trabalhando atualmente e deste número 60% trabalham 8 horas por dia, 20% trabalham menos que 6 horas diárias e 20% possuem carga horária de 10 horas ou mais. Dentre as profissões exercidas pelos alunos 50% são trabalhadores rurais, 20% são auxiliares de serviços gerais, 10% atendente, 10% são professoras e 10% dona de casa. Notamos um alto índice de profissões consideradas informais com baixa remuneração.

A quarta questão refere-se ao ano em que o aluno entrou na EJA sendo que, 60% iniciaram os estudos em 2013, 20% em 2014 e 20% em 2015. Os pesquisados afirmaram que 50% iniciaram na 5ª série, atualmente corresponde ao 6º ano do ensino fundamental; 30% afirmaram que retornaram aos estudos no 1º ano do ensino médio e 20% retornaram no 6º ano ensino fundamental, que atualmente corresponde ao 7º ano (quinta questão).

Os dados mostraram (sexta questão) que 60% dos alunos ficaram mais de 20 anos afastados da escola. Outros 30% permaneceram de 16 a 20 anos longe das aulas e 10% ficaram um período de 11 a 15 anos afastados. Aqueles que retornaram para a EJA, 90% concluíram o ensino médio e 10% não concluíram e não pretendem findar.

A sétima questão foi relativa ao tempo que a pessoa está cursando ou cursou a EJA. Observamos que, 50% afirmaram um período de 2 a 4 anos, 30% menos de 2 anos, 10% 4 a 6 anos e 10% mais de seis anos. Ao voltarem à escola, os alunos querem um espaço para que sejam transformados e construídos novos caminhos de conhecimentos (Santos, Arruda, 2013).

O motivo que os levou a buscarem os estudos, (oitava questão), apontou que as respostas foram unânimes, todos afirmaram que tiveram necessidade de estudar. Diante desse contexto, sentimos a necessidade de entender o porquê de ter escolhido a

modalidade EJA (nona questão). Em 90% das respostas, apareceu a palavra “rapidez” e 10% preferiram não responder.

Ao escolher o caminho dos estudos, os alunos passam a ter outra visão do que é o conhecimento. “Abertos à aprendizagem, eles vêm para a sala de aula com um olhar que é, por um lado, um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga, olhar que pensa” (Mec, 2006, p. 5).

A décima questão foi: “Descreva como era o convívio com os colegas de sala”. Observou-se nas respostas que havia uma relação de companheirismo e respeito entre eles, que se ajudavam mutuamente com deveres, criando laços de amizade. No que tange ao convívio com os professores (décima primeira questão), foi ressaltada a paciência e interesse em ajudar os alunos, gerando sentimento de gratidão de alguns deles. Reafirmando as questões anteriores, a avaliação feita pelos alunos em relação aos ensinamentos dos professores foi ótima (80%) e boa (20%) como marcada na décima segunda questão.

Acerca das ausências em sala de aula (décima terceira questão), 90% mencionaram que se ausentavam de uma a duas vezes na semana e 10% não faltavam às aulas, demonstrando interesse e reconhecendo a importância da escola. A próxima questão (décima quarta) trata dos comentários acerca da importância da escola na vida dos estudantes:

Sim, porque não sabia nada e depois que voltei a estudar aprendi muita coisa, o conhecimento que tenho hoje é graças à escola (B1).

Sim, porque a pessoa estudada é outra coisa, melhor para conseguir emprego e até mesmo para deslocar para outro lugar, pois adquire mais conhecimento das coisas (B2).

Importantíssima, muda a nossa visão de mundo (B3).

Sim, por que facilitou muito conhecimento no serviço (B4).

Era sim, pois ensinava muito (B5).

Sim, pois na escola aprendia muita coisa nova (B6).

Sim (B7).

Sim, senão fosse a escola, hoje eu não seria professora (B8).

Porque sem os estudos nós não somos nada, por isso a escolaridade é muito útil na minha vida (B9).

Sim, é melhor para o convívio na sociedade (B10).

Diante da pergunta “Ocorreu alguma mudança na sua vida profissional após o retorno na Educação de Jovens e Adultos/EJA?”, obtivemos respostas distintas;

Não, pois continuei na roça trabalhando (B1).

Profissional até que não, pois não tenho nenhuma profissão só mesmo trabalho na roça, mas melhora em diversas coisas (B2).

Sim, adquiri mais experiência e posso até trabalhar fora (B3).

Não, porque não foi reconhecido o meu valor (B4).

Sim, mais entendimento e experiência (B5).

Não (B6).

Sim (B7).

Sim, após terminar a EJA fiz o magistério e sou professora dos anos iniciais (B8).

Sim, porque eu fiz concursos públicos quase passei e também passava no ENEM para conseguir bolsa, só que eu não quis continuar (B9).

Sim, aprendi muita coisa (B10).

Freire (1967) assevera que o processo de mudança e transformação dos pensamentos dos estudantes acontece por meio da educação, por uma visão de vida e de mundo; além disso, assinala a importância da formação do homem enquanto cidadão e integrante da sociedade. Isso demonstra o caráter libertador da educação.

No que tange às sugestões ou críticas sobre os estudos na EJA (décima sexta pergunta), foram descritas por quatro alunos, sendo que, três delas sugeriram a volta do programa para a cidade a fim de ajudar outros jovens e adultos que ainda não concluíram seus estudos. Nota-se a importância da EJA na vida dos alunos e, com isso, o

sentimento de gratidão requer a volta do programa para que possa ajudar outras pessoas.

Sim, que o projeto voltasse na minha cidade (B3).

Continuação do EJA (B5).

Eu acho que a EJA deveria ser só para adultos e não para jovens porque muitos deles só querem bagunçar e com isso atrapalha a aula (B9).

Sim, deveria ter alguma coisa que chamasse atenção dos jovens para sair das ruas (B10).

Todos os pesquisados afirmaram que consideram os estudos importantes na vida das pessoas (décima sétima questão), contribuindo para novas experiências, novas oportunidades profissionais e melhorando a qualidade de vida delas.

Por fim, a décima oitava questão reafirmava a questão anterior: “Você acha que uma pessoa que estudou tem mais chances no mercado de trabalho? Comente.”. Os sujeitos da pesquisa concordaram que a pessoa tem mais chances profissionais quando estudam mais.

Sim, porque uma pessoa que não tem estudo não consegue emprego geralmente. E quem estuda além de conseguir emprego com mais facilidade, tem mais chance de passar em um concurso (B1).

Sim, porque a pessoa estudada tem o conhecimento melhor e muitos empregador olha os estudos (B2).

Sim, dá confiança para a pessoa procurar coisas melhores (B3).

Sim, porque hoje conta muito o grau de estudo (B4).

Sim, tem mais opção e experiência para arrumar um emprego melhor (B5).

Sim, pois estará mais preparado para a vida (B6).

Sim, porque até para um simples emprego precisa de ensino médio completo (B7).

Com certeza, pois para conseguir um emprego o que eles olham primeiro é o nível de escolaridade da pessoa (B8).

Sim, com certeza fica muito mais fácil arranjar um emprego, pois querem quem tem estudo. Hoje quem não estudar nem emprego tem (B9).

Sim, porque as pessoas tem que ter conhecimento em tudo o que vai fazer (B10).

A importância do retorno da EJA foi evidenciada nas respostas como uma proposta de melhoria de vida. Neste sentido, a educação transforma a vida das pessoas gerando desde amizades até sonhos concretizados.

Além disso, a EJA vai além de repasse de conhecimento, e a autoestima é motivada pelos estudos, uma vez que se possa alcançar novos horizontes. Os estudos influenciam na formação humana no processo de agir e refletir, bem como, a formação de caráter e transformação de vidas.

6 Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo ampliar a discussão referente à importância da EJA para a promoção da igualdade social. É evidente que a formação e especialização do professor da EJA influenciam o movimento da Educação para a transformação da vida das pessoas. Além de mediar a construção do conhecimento, o docente tem a missão de motivar os estudantes, mostrando-lhes possibilidades que gerem esperança para sua inserção social, educacional e profissional. Desse modo se sentirão estimulados a prosseguir nos estudos, recusando a evasão escolar e, sobretudo, concluindo seu ciclo de estudos.

A fim de atingir esse propósito, os docentes utilizavam recursos disponíveis nas escolas, mas nota-se que os próprios alunos ficam receosos no uso de outros elementos que não sejam quadro e giz, os básicos para ler e escrever. Inferimos que isso se deve à cultura desses egressos no tempo antigo em que frequentavam a sala de aula, pois naquela época havia pouca disponibilidade de materiais para diversificação do método de ensino.

A realidade dos alunos da EJA não se diferencia em relação à realidade mencionada pelos autores utilizados. As pessoas com baixa renda que já formaram suas próprias famílias e possuem trabalho, na maioria, informal, são o público-alvo dessa modalidade.

Entendemos que a escolha desse modelo de EJA está diretamente relacionada com as causas que fizeram esse aluno específico a se afastar da escola sem a conclusão dos estudos, que é, principalmente, trabalhar fora de casa para gerar mais renda para o sustento da família, ou, às vezes, para o próprio sustento. A modalidade se torna atrativa para os adultos, em razão de que o período de estudo é compatível com as outras responsabilidades, como trabalho e família. Portanto, eles conseguem encaixar as aulas em sua rotina, o que futuramente faz com que atinjam a conclusão dos estudos.

Referências

Barreiro, I. M. F. (2010). *Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952 - 1963)*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Retirado em 11 de maio, 2019, de: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109160/ISBN9788579831300.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil De 1988. (1988). Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília. Retirado em 11 de maio, 2019, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Dias, C. B. (2014). *Contribuições do programa institucional de iniciação a docência (PIBID) de alfabetização na educação de jovens e adultos (EJA)*. Monografia de licenciatura em Pedagogia. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros.

Ferreira, D. C. (2008). *Caderno Temático sobre a EJA*. Retirado em 21 de novembro, 2019, de <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-6.pdf>.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

- Fróis, M. S. (2019). *A evasão escolar na educação de jovens e adultos em uma escola de Brasília de Minas*. Monografia de licenciatura em Pedagogia. Brasília de Minas: Universidade Estadual de Montes Claros.
- Gomes, A. C. (2015). Os significados que os alunos da EJA têm em relação à instituição escolar. *Interagir: pensando a extensão*. 1(1). 01-21. Retirado em 09 de junho, 2019, de: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/download/13197/15970>
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília.
- Marques, B. C. & Rubio, J. A. S. (2012). O Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos. *Revista Eletrônica: Saberes da Educação*, 3(1), 1-18. Disponível em: <http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Barbara.pdf>>
- Ministério da Educação (MEC). (2006). *Trabalhando com a educação de jovens e adultos: o processo de aprendizagem dos alunos e professores*. EJA Caderno 05. Brasília, Retirado de http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno5.pdf
- Ministério da Educação (2000). *Parecer CNE/CEB 11/2000*, sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília.
- Mello, R. T. (2015). *História, memória e vivências: A EJA no norte de Minas Gerais 1940-1960*. Tese de doutorado em Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- Nofuentes, V. C. (2008). *Um desafio do tamanho da Nação: A campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Retirado em 11 de maio, 2019, de: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp119532.pdf>

- Oliveira, F. G. N. (2019). *Expectativas dos alunos da modalidade de ensino EJA: evasão e regresso*. Monografia de licenciatura em Pedagogia. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros.
- Pedroso, R. R., Volpin, G. B. C., & Mazzeu, F. J. C. (2021). Vivências escolares de jovens em conflito com a lei na EJA: o significado social e o sentido pessoal da escola pública. *Pesquisa E Ensino*, 2(2), 202109. <https://doi.org/10.37853/202109>
- Rodrigues, M. E. C., Farias, M. R. T. & Jesus, J. C. (2017). Estágio no ensino fundamental de jovens e adultos: reflexões sobre acesso e permanência. *Revista Educativa*, 20(2), 373-392.
- Rogowski, D. F. & Jost, A. (2011). A EJA como política de inclusão social: uma experiência no movimento dos sem-terra – MST. *X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE*. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5632_2604.pdf
- Santos, C. P. & Arruda, R. A. (2013). A visão dos alunos da educação de jovens e adultos sobre a escola. *Revista Eventos Pedagógicos*, 4(2), 31-40. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1285>
- Souza, C. C. W. & Daniel, L. S. (2017). A campanha de educação de adolescentes e adultos na década de 1950: ANÁLISE DE ARTIGOS EM JORNAL DIÁRIO. XIII *Congresso Nacional de Educação - Educere*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Retirado em 09 de junho, 2019, de: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23308_12852.pdf
- Strelhow, T. B. (2010). Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line* (pp 49-59). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Retirado em 09 de junho, 2019, de: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.
- Vieira, N. J. (2016). *Docência na educação de jovens e adultos: um estudo das principais dificuldades enfrentadas pelos professores*. Monografia de licenciatura em Pedagogia. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros.